

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na execução de obra pública, com fornecimento de materiais e mão de obra, para ampliação da Câmara Municipal de Inconfidentes/MG, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos anexos., conforme especificações abaixo:

Item	Discriminação	Und	Qtde	VI. Total
1.	Contratação de empresa especializada para a Execução de Obra Pública, materiais e mão de obra, para ampliação da Câmara Municipal de Inconfidentes - MG, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos anexos.	Serviço	01	

1.1. O julgamento será realizado pelo **menor preço** dentre as propostas ofertadas do **valor GLOBAL**, observadas as especificações técnicas constantes dos projetos e documentos que integram o processo.

1.2. A execução do objeto deverá ocorrer mediante a emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Administração.

1.3. A contratada deverá apresentar toda a documentação mínima necessária para a execução do objeto licitado e dispor de equipe técnica qualificada, equipamentos adequados e estrutura necessária à execução da obra, conforme definido nos projetos e demais documentos técnicos.

1.4. Trata-se de contratação de obra de engenharia, devidamente caracterizada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com base em projetos técnicos completos que permitem a adequada definição do objeto.

1.5. O presente processo apresenta Estudo Técnico Preliminar conforme nº 009/2026. A contratação originará contrato administrativo com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, pelo tempo necessário à sua conclusão, resguardada a apuração de culpa pela não conclusão no prazo inicialmente determinado.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Inconfidentes/MG exerce, de forma contínua, funções legislativas, fiscalizatórias, administrativas e institucionais, demandando estrutura física adequada para o pleno desenvolvimento de suas atividades.

No exercício de 2023, foi realizada obra de ampliação do pavimento térreo do plenário, proporcionando melhor aproveitamento do espaço existente e permitindo, do ponto de vista estrutural, a futura execução de um segundo pavimento com dimensões equivalentes à área ampliada.

Dando continuidade ao planejamento institucional, foram elaborados os projetos técnicos necessários à execução dessa nova etapa, contemplando a construção do piso superior do plenário, com a criação de novos ambientes destinados às atividades administrativas e legislativas, bem como adequações na estrutura existente para garantir acessibilidade, funcionalidade e integração entre os espaços.

Com a conclusão dos estudos técnicos e projetos de engenharia (projeto básico e executivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, memória de cálculo e composição de BDI), evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada para execução da obra.

A ampliação proposta visa:

- suprir a insuficiência de espaço físico atual;
- melhorar as condições de trabalho dos servidores e vereadores;
- ampliar a capacidade de atendimento ao público;

- promover melhor organização e integração dos setores administrativos e legislativos;
- adequar a edificação às normas técnicas de acessibilidade e segurança.

A ausência da contratação poderá comprometer a eficiência das atividades institucionais, limitar o adequado funcionamento da estrutura administrativa e prejudicar a qualidade dos serviços prestados à população.

Destaca-se que a presente demanda não se trata de ação isolada, mas de continuidade de planejamento previamente estruturado, fundamentado em critérios técnicos e alinhado às necessidades atuais e futuras da Câmara Municipal.

Trata-se de obra de engenharia com características devidamente definidas em projetos técnicos completos, permitindo a adequada definição do objeto e sua execução por empresa especializada.

Os custos estimados foram definidos com base em referenciais oficiais de preços garantindo compatibilidade com os valores praticados no mercado.

A presente contratação encontra-se devidamente instruída na fase de planejamento, em conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar nº 009/2026, o qual analisou as alternativas disponíveis e concluiu pela viabilidade da execução indireta da obra, por meio da contratação de empresa especializada.

3.2. A escolha pela execução indireta justifica-se pela necessidade de conhecimento técnico específico, emprego de mão de obra qualificada, utilização de equipamentos adequados e observância às normas técnicas aplicáveis à execução de obras de engenharia.

3.3. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar ampla competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a

contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade concorrência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, considerando a integralidade da obra, conforme projetos e demais documentos técnicos que compõem o processo.

3.5. O procedimento licitatório será realizado por meio da plataforma eletrônica Compras.gov.br, garantindo transparência, publicidade, competitividade e rastreabilidade de todos os atos do certame.

3.6. A adoção do formato eletrônico contribui para a ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas de diferentes localidades, além de promover maior eficiência e economicidade na condução do processo licitatório.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar requisitos técnicos, legais e operacionais indispensáveis à adequada execução da obra, garantindo qualidade, segurança, conformidade normativa e atendimento ao interesse público.

A execução dos serviços deverá atender integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como às normas técnicas aplicáveis, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais legislações pertinentes à engenharia civil.

A empresa contratada deverá comprovar qualificação técnica compatível com o objeto, incluindo registro no CREA e capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, nos termos da legislação vigente.

A execução da obra deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- execução integral conforme projeto básico e executivo aprovados;
- fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários;
- cumprimento rigoroso do cronograma físico-financeiro;

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

- execução sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no CREA, com emissão de ART de execução antes do início dos serviços, bem como ARTs complementares quando necessárias;
- atendimento às normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista aplicável;
- observância às normas técnicas de construção civil e padrões de qualidade exigidos;
- utilização de materiais em conformidade com as especificações técnicas do projeto e normas aplicáveis;
- manutenção das condições de organização, limpeza e segurança do canteiro de obras;
- responsabilidade pela correção de falhas, vícios ou inconformidades identificadas durante a execução;
- sujeição à fiscalização técnica da Administração durante toda a execução contratual;
- realização de medições periódicas para acompanhamento físico-financeiro da obra;
- observância à matriz de riscos elaborada na fase de planejamento;
- atendimento às condições de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

A execução deverá ocorrer no imóvel sede da Câmara Municipal de Inconfidentes/MG, conforme especificações constantes nos projetos e documentos técnicos anexos.

A contratação será realizada por execução indireta, preferencialmente sob o regime de empreitada por preço global, considerando a definição prévia e detalhada do objeto.

4.1. Requisitos Técnicos e Normativos:

A execução da obra deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, em especial:

- **ABNT NBR 6118** – Projeto de Estruturas de Concreto: aplicável aos elementos estruturais da edificação;
- **ABNT NBR 5410** – Instalações Elétricas de Baixa Tensão: aplicável às instalações elétricas, garantindo segurança e desempenho;

CÂMARA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES – MG.

Rua Engenheiro Álvares Maciel, nº 70, Centro,

Inconfidentes – MG, CEP: 37.576-000.

(35) 3464-1573 | gabinete@camarainconfidentes.mg.gov.br

- **ABNT NBR 5626** – Instalação Predial de Água Fria: aplicável aos sistemas hidrossanitários;
- **ABNT NBR 9050** – Acessibilidade a edificações: obrigatória para garantir acessibilidade aos usuários;

A execução deverá observar integralmente os projetos básico e executivo, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que compõem o processo.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade:

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, incorporando práticas que promovam eficiência no uso de recursos e redução de impactos ambientais.

Nesse sentido, deverão ser observados, no mínimo:

- **Eficiência energética:** utilização de soluções que reduzam o consumo de energia elétrica, como sistemas de iluminação eficientes e equipamentos com melhor desempenho energético, conforme previsto em projeto;
- **Conforto térmico:** adoção de soluções construtivas que contribuam para a redução da carga térmica interna da edificação, minimizando a necessidade de climatização artificial;
- **Gestão de resíduos:** implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução CONAMA nº 307, garantindo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;

4.3. Requisitos de Qualificação Técnica:

Considerando a complexidade da obra, que envolve serviços de engenharia civil, estrutura, instalações e acabamentos, exige-se que a empresa contratada comprove capacidade técnica compatível com o objeto.

4.3.1. Capacidade Técnico-Profissional

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

A empresa deverá possuir em seu quadro técnico profissional legalmente habilitado (engenheiro civil ou arquiteto), devidamente registrado no CREA/CAU, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando experiência na execução de obras com características semelhantes.

4.3.2. Capacidade Técnico-Operacional

A licitante deverá comprovar experiência anterior na execução de obras de engenharia compatíveis com o objeto, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando, em especial, a execução das parcelas elencadas como de maior relevância no presente TR.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1.1. **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** será exigida somente do licitante vencedor da fase de lances.

5.1.2. O Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU;

<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

b) Cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=9090:5:3946855016523::NO>

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

c) Cadastro Nacional de Condenações civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

https://cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form

d) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;

<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>

CÂMARA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES – MG.

Rua Engenheiro Álvares Maciel, nº 70, Centro,

Inconfidentes – MG, CEP: 37.576-000.

(35) 3464-1573 | gabinete@camarainconfidentes.mg.gov.br

5.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.1.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.1.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.1.7. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.1.8. **O licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação conforme especificado nos níveis:**

Nível I – Credenciamento:

- Proposta
- Dados bancários;
- Inscrição Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- CPF do(s) dirigente(es), sócio(s).

Nível II – Habilitação Jurídica:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis,

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedades estrangeiras que não funcionem no país devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nível III - Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista:

- Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;
- Comprovante de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- Comprovante de Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

- Comprovante de Regularidade com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.
- Comprovante de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

Nível V – Qualificação Técnica:

A qualificação técnica será exigida com o objetivo de assegurar que a futura contratada possua aptidão para executar o objeto com qualidade, segurança e eficiência, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Para tanto, deverão ser exigidos, no instrumento convocatório, os seguintes requisitos:

- a) Registro ou inscrição da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza do objeto;
- b) Indicação de responsável técnico devidamente habilitado**, com formação compatível com o objeto da contratação, que responderá pela execução dos serviços, admitida sua substituição por profissional de qualificação equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração;
- c) Comprovação de capacidade técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU, em nome do profissional indicado, que demonstre a execução de obra ou serviço com características compatíveis com o objeto da contratação;

d) Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica em nome da licitante, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução das parcelas de maior relevância, quais sejam:

Justificativa: A exigência de registro ou inscrição da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos no CREA ou no CAU justifica-se em razão de que a execução da obra pública demanda a prática de atividades privativas de engenharia e/ou arquitetura, devendo a contratada estar legalmente habilitada perante os conselhos profissionais competentes, garantindo responsabilidade técnica e sujeição à fiscalização ética e normativa. A indicação de responsável técnico habilitado, com formação compatível com o objeto, é necessária para assegurar que todas as etapas da obra, inclusive planejamento executivo, condução dos serviços e atendimento às normas técnicas, estejam sob supervisão de profissional devidamente qualificado e legalmente habilitado, admitindo-se substituição apenas por profissional de qualificação equivalente ou superior, mediante prévia anuência da Administração, para preservar a continuidade dos serviços e o controle técnico da contratação.

A comprovação da capacidade técnico-profissional por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA ou CAU em nome do profissional indicado constitui instrumento idôneo para demonstrar que o responsável técnico possui experiência prévia consistente na execução de obra ou serviço de características semelhantes às previstas neste contrato, conforme autoriza o art. 67 da Lei 14.133/2021. Tal medida reduz riscos técnicos, assegura domínio dos métodos construtivos aplicáveis e contribui para a confiabilidade da execução.

A definição das exigências de capacidade técnico operacional foi realizada com base na análise técnica desenvolvida durante a fase de planejamento. Constatou-se que, para a execução da obra de ampliação da Câmara Municipal de Inconfidentes/MG, apenas determinadas parcelas apresentam complexidade e impacto suficientes para justificar a comprovação específica de experiência

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

prévia. Assim, foram consideradas exclusivamente as parcelas de maior relevância identificadas pelo responsável técnico da área de engenharia, nos termos do art. 67, §1º, da Lei 14.133/2021, de modo a exigir apenas o estritamente necessário para assegurar a aptidão da futura contratada, sem comprometer a competitividade do certame. Ressalta-se que as quantidades exigidas para comprovação dessa experiência foram devidamente limitadas ao percentual máximo legal de 50% dos quantitativos previstos na planilha orçamentária, garantindo proporcionalidade, adequação e aderência ao objeto licitado.

Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira:

- Comprovante de Regularidade de Pedido de Falência e Concordata expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante, sendo que esta **somente** é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.
- Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$\text{Ativo Circulante}$$

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

- Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.
- Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

Justificativa: As exigências de habilitação econômico-financeira previstas para esta contratação foram definidas com base no risco inerente à execução de obras públicas, especialmente considerando a necessidade de garantir que a futura contratada possua

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

capacidade financeira, estrutura operacional e regularidade jurídica suficientes para assumir e concluir o objeto com segurança, estabilidade e solvência. A obra de ampliação da Câmara Municipal envolve desembolso contínuo, fornecimento de materiais, responsabilidade técnica e cumprimento de cronograma físico-financeiro, o que torna indispensável verificar a robustez econômico-financeira mínima da licitante.

Nesse contexto, a apresentação de comprovante de regularidade de pedido de falência e concordata expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, bem como a certidão negativa de falência emitida pelo PJe quando a certidão da justiça comum não abranger os feitos eletrônicos, justifica-se para assegurar que a empresa não se encontra em estado de insolvência jurídica ou submetida a procedimento concursal que comprometa sua capacidade de contratar com o Poder Público. Essas informações são essenciais para mitigar risco de paralisação da obra, abandono contratual ou inadimplemento, situações que geram prejuízos diretos ao erário e impacto à continuidade administrativa.

A análise econômico financeira, mediante verificação dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, fundamenta-se no art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade avaliar a capacidade da licitante de honrar obrigações de curto e longo prazo, garantindo que possua equilíbrio financeiro para suportar os custos iniciais e a execução continuada da obra. Os parâmetros mínimos adotados ($IG \geq 1$; $SG \geq 1$; $LC \geq 1$) estão alinhados às boas práticas contábeis e aos critérios tradicionalmente reconhecidos pela jurisprudência como aptos a atestar a saúde financeira da empresa contratada.

Para assegurar a veracidade e consistência da avaliação, exige-se a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos últimos dois exercícios sociais, devidamente registrados, assinados pelo administrador e pelo contador responsável, acompanhados dos termos de abertura e encerramento. Tal documentação constitui o meio idôneo, previsto em lei, para aferição da situação econômico financeira da empresa. Nos casos de empresas recém constituídas, admite-se a apresentação do balanço de abertura, conforme autorizado pelo art. 65, §1º, da Lei 14.133/2021, de modo a não

restringir a competitividade.

Observou-se na fase de planejamento que a obra licitada demanda mobilização inicial relevante, aquisição imediata de materiais, contratação prévia de mão de obra e capacidade de suportar financeiramente o cumprimento do cronograma físico financeiro até o pagamento das primeiras medições. Assim, a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% do valor estimado da contratação, cumulativamente aos demais requisitos, mostra-se necessária para reduzir o risco de contratação de empresa subcapitalizada, alinhando-se ao art. 69, III, da Lei 14.133/2021 e preservando a continuidade da execução contratual. A medida é proporcional, compatível com o porte da obra e diretamente relacionada ao risco identificado.

5.1.9. Documentos complementares:

- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021;
- Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6. PREPOSTO

A Contratada designará formalmente um preposto da empresa, antes do início da execução do serviço, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7. DA GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos dos arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021, será exigida, como condição para assinatura do contrato, a prestação de garantia pela contratada, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

7.1. A garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

7.2. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, devendo ser renovada ou complementada em caso de prorrogação contratual ou alteração do valor inicialmente contratado.

7.3. A garantia prestada responderá pelo fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pela contratada, podendo ser utilizada pela Administração nos seguintes casos:

- I – inexecução total ou parcial do contrato;
- II – descumprimento de obrigações contratuais;
- III – aplicação de multas;
- IV – prejuízos causados à Administração;
- V – não cumprimento das demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

7.4. A garantia será liberada ou restituída após a execução integral do contrato e o cumprimento de todas as obrigações assumidas, mediante ateste da Administração.

7.5. Caso a garantia seja utilizada, total ou parcialmente, a contratada deverá proceder à sua recomposição no prazo a ser estabelecido pela Administração.

7.6. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação para assinatura do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que não recaia sobre as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da obra, assim definidas no projeto básico ou executivo.

8.2. A subcontratação dependerá de prévia autorização da Administração, devendo a contratada comprovar a qualificação técnica da subcontratada.

8.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive pelas partes subcontratadas.

9. DO LOCAL DE FORNECIMENTO E ENTREGA DO OBJETO

9.1. O local de execução da obra é a Câmara Municipal de Inconfidentes, situada à Rua Engenheiro Álvares Maciel, nº 70, Centro, Inconfidentes/MG, CEP 37576-000, conforme detalhamento constante nos projetos.

9.2. Após emissão da Ordem de Serviço/Autorização de Início de Serviço, a empresa CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para realizar a mobilização do pessoal, equipamentos e materiais necessários, e iniciar efetivamente os serviços.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem viabilidade de execução do objeto, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração realizar diligências para comprovação da exequibilidade.

11. DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a prorrogação de prazos de execução ou vigência somente é admitida em hipóteses específicas, como caso fortuito, força maior

ou fato superveniente devidamente comprovado.

12. DO REEQUILIBRIO ECONOMICO, REVISÃO DOS PREÇOS E REAJUSTE

12.1. Os valores poderão sofrer revisões, na forma da lei e condições estipuladas no edital.

12.2. O contrato poderá ter seus preços revistos em caso de desequilíbrio, nos termos do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.1. Toda alteração de preço deverá possuir elementos que a sustente e comprove a elevação dos custos, levando em consideração ainda a compatibilização desta, com os valores praticados no mercado.

12.2.2. Quando realizado, as alterações serão registradas por Termo Aditivo.

12.3. Em se tratando de reajuste, o mesmo deverá retratar a variação efetiva do custo total da obra, admite o índice de reequilíbrio financeiro do INCC, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data base do ORÇAMENTO.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Indicar neste ato a qual(is) servidor(res) cabe(m) acompanhar a execução contratual em sua latitude quantitativa e qualitativa e receber o objeto contratual.

13.2. Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA, devidamente identificado, ao local de execução da obra, no horário estipulado para a entrega ou execução dos mesmos.

13.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na entrega do objeto.

13.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

13.5. Rejeitar os serviços ou bens que não forem prestados ou fornecidos de forma satisfatória ou em desconformidade com as exigências contidas no edital.

13.6. Requisitar indenização pelos serviços que não puderem ser refeitos ou pelos bens que não puderem ser substituídos.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar o objeto de acordo com as condições fixadas na cláusula primeira, obedecendo rigorosamente o prazo ajustado neste contrato, sob pena de rescisão contratual e consequente ressarcimento por perdas e danos.

14.2. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, se obrigando a refazê-los ou substituí-los, caso se comprove a má qualidade, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

14.3. Observar, rigorosamente, o melhor padrão de qualidade e confiabilidade dos serviços executados ou bens fornecidos.

14.4. Responsabilizar-se pelos serviços que não puderem ser refeitos ou pelos bens que não puderem ser substituídos, obrigando-se a indenizar a CONTRATANTE.

14.5. Substituir ou refazer, de imediato, as suas expensas, o serviço ou bem fornecido que não se adequar as especificações constantes deste contrato.

14.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CÂMARA quanto à prestação dos serviços contratados ou relacionados aos bens fornecidos.

14.7. Responsabilizar-se penal e civilmente por prejuízo ou dano causado no ato da prestação dos serviços ou fornecimento ao CONTRATANTE, aos seus funcionários ou a terceiros.

14.8. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação dos serviços ou fornecimento de bens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE.

14.9. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do serviço prestado ou bens fornecidos, tais como salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales refeição, vale transporte e outros que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Governo.

14.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes a execução da contratação.

14.11. Assumir todos os encargos da demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados ao serviço executado ou bens fornecidos

14.12. Manter durante toda vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção do contrato.

14.13. Emitir Nota Fiscal exatamente de acordo com a ordem de pagamento.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

15.1. O prazo de execução da obra será aquele definido no cronograma físico-financeiro, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

15.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. A execução terá início após a emissão da Ordem de Serviço, observando o prazo máximo de mobilização previsto neste Termo de Referência.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Câmara Municipal, mediante apresentação de Nota Fiscal, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar de sua exigibilidade, nos termos do Artigo 64 da Lei nº 4.320/1964 c/c a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas de responsabilidade da contratada.

16.2. Os pagamentos serão precedidos de medições dos serviços efetivamente executados, de acordo com as etapas e fases fixadas no cronograma físico-financeiro, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato, sendo vedado o pagamento por serviços não executados.

16.3. A nota fiscal deverá, preferencialmente, ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, sendo que, em caso de irregularidade, deverão ser adotadas as medidas cabíveis, inclusive a instauração de processo administrativo para apuração dos fatos e eventual rescisão contratual.

16.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, será providenciada notificação da Contratada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

16.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

16.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

16.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.8. O pagamento da última parcela ficará condicionado à conclusão total da obra e ao seu recebimento definitivo, mediante atestado emitido pelo fiscal do contrato ou por comissão designada.

17. DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO

17.1. São aplicáveis as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Inconfidentes, pelo prazo de até 03 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

17.2. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e a Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.3. A penalidade de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

17.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

I - multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do Município, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações;
- h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e
- i) outras situações de natureza correlatas.

IV - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração Pública Municipal, os documentos exigidos na legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPI ou uniformes, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo órgão contratante;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada;
- p) outras situações de natureza correlata.

V - multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

17.5. A aplicação das multas não exclui a obrigação de reparação integral de eventual dano causado ao órgão contratante.

17.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e nos seguintes casos, quando:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) outras situações de natureza correlatas.

17.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) outras situações de natureza correlata.

17.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

17.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

CÂMARA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES – MG.

Rua Engenheiro Álvares Maciel, nº 70, Centro,

Inconfidentes – MG, CEP: 37.576-000.

(35) 3464-1573 | gabinete@camarainconfidentes.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

18.1. Com base na planilha orçamentária elaborada pelo responsável técnico Thiago Zuccon e Silva (CREA/CAU nº 89993/D), o valor total estimado para a contratação é de R\$ 623.696,10 (seiscentos e vinte e três mil, seiscentos e noventa e seis reais e dez centavos).

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Lei Orçamentária Anual.

19.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

010100 01 031 0002 3002 0000	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA
4.4.90.51.00	Obras e Instalações
Ficha 001	

20. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1. A solução não será parcelada, uma vez que o objeto da presente contratação compreende a execução de obra de Ampliação que possuem interdependência técnica e operacional.

20.2. O parcelamento da execução poderia comprometer a compatibilidade entre os sistemas implantados, gerar riscos à qualidade técnica, aumentar custos indiretos, dificultar o gerenciamento da obra e ocasionar conflitos de responsabilidade entre contratadas distintas.

21. VISITA TÉCNICA

21.1. A visita técnica será facultativa, recomendada para melhor conhecimento das condições locais de execução da obra.

21.2. A não realização da visita não poderá ser alegada como justificativa para descumprimento contratual.

22. GARANTIA DA OBRA

22.1. A contratada responderá pela solidez e segurança da obra pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Informações complementares e/ou esclarecimentos sobre o objeto deste processo poderão ser obtidos junto à Câmara Municipal de Inconfidentes, ou pelo e-mail: compras@camarainconfidentes.mg.gov.br.

Inconfidentes, 05 de maio de 2026.

Lucinéia Daló
Comissão Permanente de Contratação